



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE
CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONTEIRO
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARIANA GREGÓRIO PEREIRA

UM PANORAMA ACERCA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO
DA PARAÍBA

MONTEIRO - PB

2016

MARIANA GREGÓRIO PEREIRA

**UM PANORAMA ACERCA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO
DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Josicleide de Amorim Pereira Moreira

MONTEIRO - PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P436p Pereira, Mariana Gregório.
Um panorama acerca das micro e pequenas empresas do estado da Paraíba [manuscrito] / Mariana Gregório Pereira. - 2016.
51 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2016.
"Orientação: Prof. Ma. Josicleide de Amorim Pereira Moreira, Departamento de Ciências Contábeis".

1. Micro e Pequenas empresas. 2. Índice de mortalidade (MPEs). 3. Índice de natalidade (MPEs). I. Título.
21. ed. CDD 658.159 2

MARIANA GREGÓRIO PEREIRA

UM PANORAMA ACERCA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO
DA PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

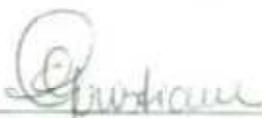
Orientadora: Prof. Ms. Josicleide de Amorim Pereira Moreira

Aprovado em 19 de outubro de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof. Ms. Josicleide de Amorim Pereira Moreira
Orientadora - UEPB



Prof. Msc. Cristiane Gomes da Silva
Examinadora - UEPB



Prof. Esp. Wilton Alexandre de Melo
Examinador - UEPB

Dedico primeiramente a Deus que me deu forças nos momentos em que fraquejei. Aos meus pais e demais familiares, os quais sempre estiveram ao meu lado. E, de um modo especial, ao meu avô que hoje se encontra na morada do céu. A ele, todo o meu amor!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora pela conclusão de mais uma etapa na minha vida. Obrigada Senhor por tudo que tens me dado, pelas bênçãos que derramas sobre mim. A ti toda honra e toda glória.

Quero agradecer a minha família, meu porto seguro, meu alicerce, sem eles não sou nada. São as pessoas mais importantes da minha vida, meus pais Zuneide Pereira e Nilton Gregório que se esforçaram ao máximo para me manter na universidade, e também as minhas queridas irmãs Luana Gregório e Vanessa Gregório, que sempre estiveram ao meu lado e me ajudaram nos momentos que mais precisei. Sem vocês eu não sou nada, amo vocês. Obrigada por tudo!

Aos meus avós, que sempre estiveram presentes direta ou indiretamente na construção desse trabalho, em especial ao meu avô Genival que se encontra na morada do céu, sempre preocupado comigo e com meus estudos. Vovô dedico este trabalho a você. Obrigada por tudo!

Aqui agradeço a uma pessoa muito especial na minha vida, ao meu companheiro, esposo, amigo, pai da minha filha, e confidente Diógenes Sales que sempre me incentivou a estudar, a crescer na vida. Obrigada pelo seu carinho, e pelo seu amor. Você e Valentina representam a minha vida. Obrigada por tudo! Amo-te muito.

Agradeço também aos meus amigos e colegas de turma que estiveram sempre presentes, de forma especial aos irmãos que a vida me deu, Leydson Severo e UllyKatarine, obrigada pela troca de conhecimento e pelo companheirismo. Desejo boa sorte a todos e sei que terão um futuro brilhante.

Agradeço a todos os professores da Universidade Estadual da Paraíba – Campus VI, que transmitiram seu conhecimento para que eu pudesse prosseguir em meus estudos. E de forma especial a minha Orientadora Ms. Josicleide Amorim pela sua disposição e paciência para que este trabalho fosse concluído com êxito. Agradeço aos professores que compõem a banca pelas contribuições dadas ao meu trabalho. E também aos funcionários da Universidade Estadual da Paraíba que ajudaram de forma direta e indiretamente. Obrigada a todos.

Concluindo, sou grata a todos que estiveram presentes e que me ajudaram na consecução deste trabalho de conclusão de Curso. A todos o meu MUITO OBRIGADA!

RESUMO

As micro e pequenas empresas têm alcançado destaque no cenário socioeconômico brasileiro, sendo consideradas como um dos pilares na economia do País, em função de sua expressividade quanto ao número de empreendimentos existentes. Dada a sua importância esta pesquisa teve como objetivo geral apresentar o panorama acerca das micro e pequenas empresas do Estado da Paraíba. Para atingir o proposto, a metodologia utilizada quanto aos objetivos optou-se pela pesquisa descritiva, quanto aos procedimentos foi a bibliográfica e documental, quanto a abordagem da pesquisa optou-se pela a qualitativa e em relação ao método adotou-se o dedutivo. Foram coletados dados disponibilizados no sítio do SEBRAE e Empresômetro. Com os resultados obtidos constatou-se que na Paraíba existem 184.016 (cento e oitenta e quatro mil e dezesseis)MPEs ativas, as quais correspondem a 93,3% do total de empresas no Estado. O município que apresenta o maior número de micro e pequenas empresas é o de João Pessoa com 57.282 (cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e dois) negócios, seguido de Campina Grande com 26.334 (vinte e seis mil, trezentos e trinta e quatro) empreendimentos. Já o município com o menor número de pequenos negócios é o município de São José de Princesa com apenas 24 (vinte e quatro) MPEs.Os dados da pesquisa revelam ainda que foram encerradas até o meados de 2016 o equivalente a 1.527 (um mil, quinhentas e vinte sete) pequenas organizações empresariais.O regime de tributação SIMEI é o que apresenta o maior número de contribuintes entre os empreendedores destas empresas, totalizando 76.178 (setenta e seis mil, cento e setenta e oito). Os dados evidenciam a necessidade de grandes esforços no sentido de elaboração de políticas públicas que possam consolidar ainda mais estas empresas no mercado estadual. Além de promoção de ações que possibilitem aberturas de novas empresas, bem como sua manutenção.

Palavras-chave: Micro e pequenas empresas. Natalidade e mortalidade. Representação.

ABSTRACT

The micro and small companies have achieved prominence in the Brazilian socio-economic scenario, being considered as one of the pillars in the country's economy, in function to its expressiveness on the number of existing enterprises. Given its importance this research aimed to present the overview about the micro and small companies in the state of Paraíba. To achieve the proposed, the methodology used in the objectives it was chosen the descriptive research, about the procedures was the literature and documents, as the research approach it was chosen the qualitative and regarding the method adopted the deductive. Were collected data available on the website of SEBRAE and Empresômetro. With the results it was found that in Paraíba there are 184,016 (one hundred and eighty-four thousand and sixteen) active MSEs, which correspond to 93.3% of total enterprises in the state. The municipality with the highest number of micro and small enterprises is João Pessoa 57,282 (fifty-seven thousand, two hundred and eighty-two) businesses, followed by Campina Grande with 26,334 (twenty-six thousand, three hundred and thirty-four) enterprises. But the municipality with the lowest number of small businesses is the municipality of São José de Princesa only 24 (twenty-four) MSEs. The survey data also shows that have been closed until mid 2016 the equivalent of 1,527 (one thousand, five hundred and twenty-seven) small business organizations. The SIMEI tax regime is the one with the largest number of contributors among the entrepreneurs of these companies, totaling 76,178 (seventy-six thousand, one hundred and seventy-eight). The data show the need for major efforts to development of public policies that can further consolidate these companies in the state market. In addition to promoting actions that enable new business openings, as well as its maintenance.

Keywords: Micro and small enterprises. Birth and death. Representation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Critério de classificação por número de empregados.....	21
Quadro 2: Classificação de porte de empresa – BNDES.....	23
Quadro 3: Histórico da Lei Geral.....	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de empresas ativas na Paraíba em 2015 e 2016.....	37
Tabela 2: Quantidade de MPEs ativas na Paraíba em 2015 e 2016.....	38
Tabela 3: Mortalidade das MPEs na Paraíba em 2015 e 2016.....	38
Tabela 4: Regime de tributação das MPEs na Paraíba em 2015 e 2016.....	38
Tabela 5: Simples Nacional – arrecadação das MPEs na Paraíba em 2015 e 2016.....	39
Tabela 6: Simples Nacional – Faturamento das MPEs na Paraíba em 2015 e 2016.....	39
Tabela 7: MPEs por municípios – Paraíba – 2016.....	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: MPEs por Estados até 13/09/2016.....	30
Gráfico 2: MPEs por atividade econômica até 13/09/2016.....	32

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Classificação por receita bruta anual.....	22
Figura 2: Número de empresas ativas no Brasil até 13/09/2016.....	24
Figura 3: Regime de Tributação das MPEs até 13/09/2016.....	24
Figura 4: Nascimento de empresa em 2015.....	25
Figura 5: Mortalidade de empresas no Brasil até 13/09/2016.....	26
Figura 6: MPEs por setor até 13/09/2016.....	31

LISTA DE SIGLAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBQP – Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade

MEI – Microempreendedor Individual

MPEs – Micro e Pequenas Empresas

PIB – Produto Interno Bruto

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIMEI – Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangido pelo Simples Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO	14
1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	16
1.3 OBJETIVOS	17
1.3.1 Objetivo Geral.....	17
1.3.2 Objetivos Específicos	17
1.4 JUSTIFICATIVA.....	17
1.5 PESQUISAS CORRELATAS	19
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO CONTEXTO BRASILEIRO	21
2.2 NATALIDADE E MORTALIDADE DAS MPES.....	25
2.3 AMBIENTE LEGAL E ESTATÍSTICA DA PARTICIPAÇÃO DAS MPES NO BRASIL.....	29
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA	34
3.1.1 Quanto aos objetivos	34
3.1.2 Quanto aos procedimentos técnicos	34
3.1.3 Quanto à abordagem do problema.....	36
3.1.4 Quanto ao método de abordagem.....	36
3.2 COLETA DE DADOS	36
3.3 QUANTO À FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS.....	37
3.3.1 Análise documental	37
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	38
4.1 REPRESENTAÇÃO DAS MPES NO ESTADO DA PARAÍBA	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Os pequenos negócios, ao longo dos anos, vêm alcançando destaque no panorama socioeconômico brasileiro. Em função disso, várias Leis foram editadas no sentido de incentivar o empreendedorismo e a formalização das entidades empresariais, fazendo surgir às micro e pequenas empresas – MPEs.

A constituição destes tipos de empreendimentos tem tido um célere crescimento, uma vez que abarca os setores de comércio, serviços, indústria e agronegócios.

Para o enquadramento como micro e pequena empresa é necessário à observância dos requisitos relativos ao número de empregados, bem como a receita bruta anual.

Deste modo, a microempresa que exercer atividade econômica de comércio ou serviço só poderá ter até nove empregados, enquanto que na indústria o número sobe para dezenove. No caso de pequena empresa o número de pessoas ocupadas, na entidade que atua como comércio ou na prestação de serviços, corresponde a uma faixa de dez a quarenta e nove pessoas empregadas. E, de vinte a noventa e nove pessoas ocupadas no caso de indústria, conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2014).

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, editada em 2006, classifica como microempresas aquelas que auferirem em cada ano calendário, o valor igual ou inferior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). E para a empresa de pequeno porte aquela que obtenha receita bruta anual superior ao valor supracitado e igual ou inferior a R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscientos mil reais).

Nas últimas décadas a participação destes segmentos de empresas na economia brasileira tem disparado, denotando quão importante é o papel e a atuação destas empresas no desenvolvimento socioeconômico do país.

Diante disso, os empreendimentos de menor porte são considerados como geradores de riquezas para o Brasil, tendo em vista a sua participação nos processos de produção, bem como a sua grande potencialidade em geração de emprego e renda. Minimizando com isso, a desigualdade social, gerando qualidade de vida e ampliando as perspectivas quanto ao exercício da cidadania em território nacional.

Cumprido destacar que tais empresas têm contribuído de forma significativa no desenvolvimento da economia das regiões e municípios que apresentam baixo

desenvolvimento, uma vez que ampliam as possibilidades para a empregabilidade com novos postos de trabalhos, descentralizando com isso, a distribuição geográfica de emprego e renda, notadamente, com índices mais elevados nas grandes metrópoles.

Presumi-se com isso o papel *sinequanomdo* empreendedorismo no desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Fato este comprovado por meio da pesquisa realizada, no ano de 2015, pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade – IBQP, a qual apontou uma taxa total de empreendedorismo para o Brasil correspondente a 39,9%, com estimativa de cinquenta e dois milhões de brasileiros com idade, entre a faixa etária, de 18 e 64 anos envolvidos na criação ou manutenção de algum tipo de negócio.

A taxa obtida na pesquisa do IBQP (2015) quando comparada com a alcançada no ano de 2014, apresenta um considerável aumento de empreendedorismo, equivalendo a 4,9%. A pesquisa revelou ainda que, em geral, os brasileiros são favoráveis à atividade empreendedora, já que ter o próprio negócio figura entre os principais sonhos que estes pretendem realizar.

Ao que parece, as MPEs além de apresentar uma relevante expressividade na economia do país, de igual modo, também, têm despontado na economia do Estado da Paraíba, sendo, parcialmente, responsável pelo crescimento e desenvolvimento do mesmo.

Isto é possível pelo fato de as empresas de menor porte passarem a ter tratamento especial de orientação por parte das entidades de apoio como o SEBRAE-PB, o qual auxilia nas questões de formalização, expansão e modernização. Além de facilitar o acesso a créditos e a capacitação dos empreendedores, vislumbrando com isso, prosperar o desenvolvimento sustentável do pequeno negócio, bem como o fortalecimento da base econômica do Estado.

Segundo o SEBRAE (2016), as micro e pequenas empresas representam 92,9% do total das empresas existentes na Paraíba, representando quase 30% do Produto Interno Bruto (PIB) paraibano.

Diante disso, pode-se afirmar que, os pequenos negócios são primordiais na economia local, uma vez que promovem o crescimento econômico estadual, através da geração de emprego e renda, por meio da abertura de novas vagas de ocupação a muitos cidadãos paraibanos, além disso, promovem, ainda, o desenvolvimento social minimizando as desigualdades sofridas pela classe mais pobre da população paraibana.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Os pequenos negócios, nos dias atuais, é um fenômeno que se manifesta globalmente. Teve seu surgimento caracterizado pela atividade produtiva colonial e a agricultura.

O sítio da revista Conexão Eletrônica (2015) aponta que a origem da agricultura, da indústria e das pequenas empresas brasileiras se deu nas cidades de Santos e São Vicente. Naquela época, os micros empreendedores operavam nos setores de serviços, agricultura, manufatura, transporte e comércio.

De acordo com sítio supracitado, em 1809, o Banco do Brasil passou a emitir notas bancárias, adicionado a isso, houve um grande aumento da produção de manufaturados gerando um crescimento na economia do Brasil, surgindo com isso, as primeiras iniciativas para a abertura das micro e pequenas empresas.

Ao longo dos anos várias ações foram realizadas no sentido de estimular a formalização e o desenvolvimento dos pequenos negócios. Para tanto, foram criadas políticas públicas que viabilizassem condições necessárias para estes tipos de empresas. Sendo assim, várias Leis foram sancionadas com o objetivo de promover tratamento específico e adequado a essas sociedades.

As edições destas Leis ainda não são consideradas, pelos especialistas da área, como as melhores. Contudo, a melhoria do ambiente legal, tem proporcionado ao Brasil um crescimento considerável em número de empresas formalizadas nos últimos anos.

Este fato pode ser legitimado por meio da pesquisa realizada pela ApprovedIndex (2015) a qual levantou os países mais empreendedores do mundo, por meio do nível de empreendedorismo, o qual é medido pelo percentual de adultos que tem uma empresa com funcionários assalariados funcionando por, ao menos, três meses. Os resultados apontam o que o Brasil ocupa a terceira posição da lista com 13,8%, ficando atrás, apenas, da Uganda com 28,1% e da Tailândia com 16,7%.

Como se pôde ver, as MPEs no Brasil têm posição de destaque no ranking da pesquisa. Ao que parece, isso só foi possível mediante a melhoria das condições para abertura e manutenção das mesmas, sobretudo, no que tange ao regime simplificado de tributação – Simples Nacional, o qual prevê a cobrança de oito impostos, sendo estes: federais, estaduais e municipais unificados em um só boleto, gerando em muitos casos, uma redução de 40% na carga tributária em relação a outros regimes.

Na atual conjuntura econômica brasileira não se pode negar a importância que as MPEs têm exercido no desenvolvimento do país. Diante disso, torna-se necessário conhecer a

participação destas empresas no Brasil, bem como sua representatividade no Estado da Paraíba.

Diante desse contexto, levanta-se a seguinte questão:

- **Qual o atual panorama das micro e pequenas empresas do Estado da Paraíba?**

Na perspectiva de responder a indagação levantada traçaram-se os seguintes objetivos:

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Apresentar o panorama acerca das micro e pequenas empresas do Estado da Paraíba.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Descrever, em linhas gerais, as micro e pequenas empresas brasileiras;
- Apontar estatísticas da participação das micro e empresas de pequeno porte na economia brasileira;
- Constatar a representação das MPEs no Estado da Paraíba.

1.4 JUSTIFICATIVA

Devido ao espírito empreendedor no país, os pequenos negócios vêm aumentando a sua participação no mercado econômico. Contudo, é oportuno destacar que nem todos conseguem ter uma vida duradoura, decretando falência precocemente e causando prejuízo significativo para a nação.

A sobrevivência destas empresas está marcada por um processo que envolve gestão, qualidade, preços baixos, tecnologia, concorrência acirrada, entre outros. A garantia de se manter competitiva perpassa por um grupo de aptidões necessárias para o êxito da organização, a exemplo de: capacidade empreendedora, conhecimento do negócio, saber

negociar, ter liderança, trabalhar em equipe, comunicação, capacitação contínua, manutenção de controles para gestão, e demais capacidades indispensáveis a sua sustentabilidade.

Com a recessão anunciada no Brasil, inflação crescente e alta taxa de desemprego, compete aos empreendedores à adoção de instrumentos que auxiliem ao enfrentamento da crise econômica, buscando reduzir custos, trabalhar com estoques ajustados, proceder a um bom planejamento e acompanhar de perto a gestão da empresa com a finalidade de se manter no mercado.

De acordo com o SEBRAE (2016), a participação dos pequenos negócios no total das empresas privadas do país, correspondia, em 2015, a 98,2%. Tal constatação nos remete a perceber o grau de importância que deve ser dado a sustentabilidade desses empreendimentos. Uma vez que sua mortalidade tem impactado diretamente nos números de postos de trabalhos e, conseqüentemente, reduzido à geração de renda, sobretudo, nas regiões que dependem destas empresas para o seu desenvolvimento.

Os impactos para a economia nacional com o encerramento de atividade de MPEs é desastroso, uma vez que elas têm suma importância para a empregabilidade do povo brasileiro. Dados, de 2014, revelam que naquele ano tais empresas eram responsáveis por 52% dos empregos formais com carteira assinada, 40% da massa salarial e geravam 27% do PIB nacional. (SEBRAE, 2014).

Diante do exposto, fica evidenciada a importância destes empreendimentos para o Brasil. Logo, os estudos referentes à micro e pequenas empresas, representam um contributo para a constituição de saberes sobre estas entidades, os quais são fundamentais na formação acadêmica, tendo em vista o grande número destas empresas dentro da área de atuação do profissional contábil, justificando, portanto, o desenvolvimento deste trabalho.

A presente pesquisa torna-se relevante sob três aspectos: acadêmico, profissional e social.

No meio acadêmico, esta pesquisa torna-se relevante uma vez que possibilita aos discentes conhecimentos acerca das micro e pequenas empresas, despertando o espírito empreendedor e incentivando-os a realizarem novas pesquisas sobre o tema abordado, bem como sobre o ambiente contábil destas entidades.

No aspecto profissional, este estudo tem sua relevância pelo fato de apresentar o cenário de distribuição das MPEs no estado da Paraíba, permitindo que os profissionais conheçam a representatividade destas empresas por atividade desenvolvida por elas, passando

a ofertar serviços contábeis que contemplem instrumentos de sustentabilidade para as mesmas.

Por fim, sobre o aspecto social, a relevância desta pesquisa se dá no sentido de mostrar a sociedade informações acerca da participação destas empresas na economia do país, bem como sua importância na formação de uma sociedade mais justa e igualitária, vislumbrando ainda, favorecer o empreendedorismo e a formalização das empresas.

1.5 PESQUISAS CORRELATAS

No intuito de contribuir com o tema em tela, são apresentados alguns estudos realizados anteriormente acerca das micro e pequenas empresas.

Silva(2014) realizou pesquisa denominada de “micro e pequena empresa em Taubaté: panorama da situação atual” cujo objetivo foi o de apresentar um panorama acerca das MPEs do município de Taubaté – SP. Os resultados apontam o número de MPEs existentes, bem como as atividades desenvolvidas no município. Além disso, evidenciou que as atividades desenvolvidas por estas empresas têm relação com todo o processo de industrialização que ocorreu no município.

O trabalho realizado por Santos (2012) chamado de “A formalização das micro e pequenas empresas como fator crítico de sucesso para o crescimento e acesso ao crédito”, teve como objetivo investigar o processo de formalização de uma micro empresa prestadora de serviços. O estudo em questão apresentou orientações às pessoas que desejam constituir, diversificar e ampliar seu empreendimento, sugerindo e orientando quais órgãos competentes e etapas para a formalização dos negócios.

A pesquisa realizada por Banterli e Manolescu (2010) intitulada de “As micro e pequenas empresas no Brasil e a sua importância para o desenvolvimento do País”, teve como objetivo mostrar a importância das MPEs para o desenvolvimento do País. Os resultados do estudo mostraram que estes empreendimentos desempenham um papel de extrema importância no cenário econômico brasileiro, respondendo boa parte das ocupações geradas e contribuindo para um grande percentual do PIB.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está organizado em cinco capítulos. Contempla o primeiro capítulo a introdução onde é delimitado o problema, os objetivos gerais e específicos, a justificativa, a relevância do trabalho e as pesquisas correlatas.

O segundo capítulo evidencia o referencial teórico, no qual é mencionado as micro e pequenas empresas no contexto brasileiro; a natalidade e mortalidade destas empresas, bem como o ambiente legal e sua estatística de participação no Brasil.

O terceiro capítulo indica a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa.

O quarto capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados obtidos por meio da pesquisa.

O quinto capítulo expressa as considerações finais do estudo, a limitação e sugestão para novas pesquisas.

Por fim, apresentamos as referências utilizadas na realização do trabalho.

2REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Com efeito, no Brasil, as micro e pequenas empresas são consideradas com um dos pilares da economia brasileira, tendo em vista que representam um expressivo número de empreendimentos organizacionais que corroboram com o desenvolvimento socioeconômico do país.

Apesar disso, há de se destacar que não existe um critério único para definir as MPEs. Portanto, de acordo com o objetivo, são utilizados critérios para classificá-las como micro ou pequenas empresas.

Comumente a classificação brasileira de micro e pequenas empresas se dá por dois critérios, onde um leva em conta o número de pessoas ocupadas na empresa, enquanto que o outro considera a receita bruta anual ou receita bruta auferida.

Assim, o critério de classificação por número de pessoas ocupadas é adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) os quais classificam as MPEs, considerando, ainda, a atividade econômica.

O quadro a seguir apresenta o critério de classificação por número de pessoas ocupadas em conformidade com a atividade econômica desenvolvida pela entidade.

Quadro 1: Critério de classificação por número de empregados

Porte	Atividade econômica - Nº de pessoas ocupadas	
	Serviços e comércio	Indústria
Microempresa	Até 09 empregados	Até 19 empregados
Pequena empresa	De 10 a 49 empregados	De 20 a 99 empregados

Fonte: SEBRAE (2014).

Conforme o quadro 1, para o número de pessoas ocupadas na empresa, será considerada microempresa aquela que tiver até nove empregados, caso a atividade econômica exercida seja serviço ou comércio. Já no caso de indústria esse número aumenta para dezenove pessoas ocupadas na entidade. Em se tratando de pequena empresa, a mesma poderá ter entre dez e quarenta e nove pessoas empregadas no estabelecimento de serviço e comércio. E, de vinte a noventa e nove pessoas ocupadas no caso de indústria.

De acordo com o SEBRAE-SC¹ a utilização deste critério, baseado no IBGE, é para fins bancários, ações de tecnologia, exportação e outros. Pondera, ainda, que tal critério não possui fundamentação legal, valendo, portanto, o previsto na legislação do Simples (Lei 123 de 15 de dezembro de 2006).

O critério de classificação por receita bruta é definido pela Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, Lei nº 123/2006. A qual estabelece que são classificadas como microempresas aquelas que auferiram em cada ano calendário, o valor igual ou inferior a R\$360.000,00(trezentos e sessenta mil reais). Quando a receita bruta anual for superior ao valor citado anteriormente e igual ou inferior a R\$3.600.000,00(três milhões e seiscentos mil reais) a sociedade será enquadrada como empresa de pequeno porte.

Assim, a referida Lei prevê:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

A figura a seguir apresenta esta classificação para uma melhor compreensão:

¹<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>

Figura 1: Classificação por receita bruta anual



Fonte: Adaptado de SEBRAE (2014)

A figura 1 evidencia, também, a classificação de Microempreendedor Individual (MEI), o qual foi criado pela Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, e que a partir da Lei Complementar nº 147/2014 passou a ser considerado como uma das modalidades de MPEs.

De acordo com sítio Portal do Empreendedor (2016) o MEI é definido como a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para tanto, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. Além disso, o mesmo pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria.

Adicionalmente a estas duas classificações, pode-se destacar a utilizada pelo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para concessão de crédito.

Assim, a classificação de porte de empresa adotada pelo BNDES e aplicável a todos os setores está resumida no quadro a seguir:

Quadro 2: Classificação de porte de empresa - BNDES

Classificação	Receita operacional bruta anual
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões
Pequena empresa	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões
Média empresa	Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões
Média-grande empresa	Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande empresa	Maior que R\$ 300 milhões

Fonte: BNDES (2016).

Com base no quadro 2, o BNDES considera microempresa aquela que auferem receita operacional bruta anual com o valor menor ou igual a R\$2,4 milhões. Já para pequena empresa aquela que aufera o valor maior que R\$2,4 milhões e menor ou igual a R\$16 milhões.

Destaca-se que as micro e pequenas empresas têm grande expressividade no país. Correspondem a 15.216.719 (quinze milhões, duzentos e dezesseis mil, setecentos e dezenove) empreendimentos brasileiros. Fato este constatado por meio do sítio Empresômetro conforme figura a seguir:

Figura 1: Número de empresas ativas no Brasil até 13/09/2016

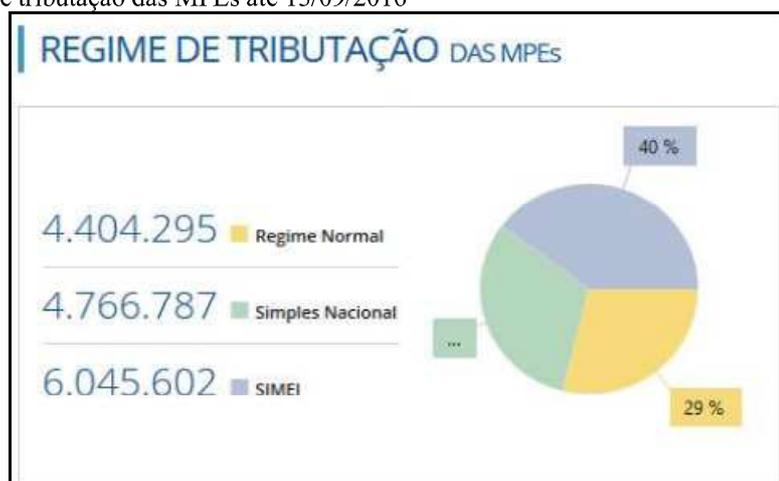


Fonte: Empresômetro (2016)

Conforme a figura 2, as MPEs representam 91,7% do total das empresas ativas no Brasil até 13/09/2016. Este dado é importante para o entendimento de quão grande é o volume de participação destas empresas no mercado e na economia do país.

Outro fato relevante é o regime tributário destas empresas. Assim, a figura que segue apresenta como estão distribuídas tais entidades em conformidade com a opção pelo regime de tributação.

Figura 3: Regime de tributação das MPes até 13/09/2016



Fonte: Empresômetro (2016)

A figura 3 denota que do total de MPes 40% delas são tributadas pelo SIMEI². Enquanto que outras 29% pelo regime normal e 31% pelo Simples Nacional.

A legislação brasileira tem instituído políticas públicas para os pequenos negócios no sentido de melhorar o ambiente legal para estas empresas, incluindo entre elas tributação menos onerosa para as mesmas.

2.2 NATALIDADE E MORTALIDADE DAS MPES

O Brasil vive um momento de crise, cujos reflexos incidem sobre a economia, suscitando inúmeros problemas e comprometendo vários setores. O colapso vivido no mercado tem gerado um alto índice na taxa de desemprego e recuo de investimentos.

Apesar disso, muitos empreendedores têm percebimento na fragilidade do momento uma oportunidade para abertura de novos negócios.

Com o ambiente legal mais propício para a legalização das empresas, a facilidade na constituição, o acesso a crédito e políticas públicas voltadas aos pequenos empreendimentos, torna-se mais atrativo o interesse em se ter o próprio negócio.

A natalidade de novas organizações empresariais no território brasileiro é constante e a representatividade das micro e pequenas empresas tem abarcado um percentual significativo comparado com as de médio e grande porte.

² SIMEI é o sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual, conforme previsto no artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=4>

Segundo o Serasa Experian (2016), em 2015, ocorreram o nascimento de 1.963.952 (um milhão, novecentos e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta e duas)de empresas no Brasil. Assim, a figura a seguir apresenta o tipo e o setor de natalidade.

Figura 4: Nascimento de empresa em 2015



Fonte: Adaptado de Serasa Experian (2016)

De acordo com a figura 4, o tipo de empresa com maior número de abertura foi o MEI representando 76% destas. As sociedades limitadas corresponderam a 10% dos nascimentos, as individuais 9% e apenas 5% do total representam os demais tipos.

A figura evidencia, também, que do total das novas empresas 31% delas foram do setor de comércio. Outros 61% representam o setor de serviços e apenas 8% correspondem à constituição de indústrias.

Como se pôde ver, o setor de serviços foi o que teve maior representatividade nas aberturas de novas empresas. Alguns especialistas consideram o fato de que o setor abrange vários tipos de negócios, bem como um baixo investimento para o seu funcionamento resultando numa maior procura para o nascedouro de empreendimentos.

O momento do nascimento e constituição de uma empresa é de grande importância. Todavia, deve-se envidar esforços para mantê-la perene no mercado. Já que é grande o número de empresa que fazem parte da taxa de mortalidade nos primeiros anos de atividade.

O sítio Empresômetro aponta um número total de 148.260 (cento e quarenta e oito mil, duzentos e sessenta) empresas que encerram suas atividades até o dia 13/09/2016, conforme figura que segue:

Figura 5: Mortalidade de empresas no Brasil até 13/09/2016



Fonte: Empresômetro (2016)

A causa mortis das empresas tem sido pesquisada por vários órgãos com o intuito de entender os motivos que têm levado as MPES a óbito.

Na pesquisa realizada pelo SEBRAE-SP (2014) ficou comprovada que as principais causas do fechamento das empresas nos cinco primeiros anos de vida estão relacionadas ao planejamento prévio, a gestão empresarial e o comportamento empreendedor.

Diante do conhecimento das causas da mortalidade é necessário que o empreendedor adote meios que possibilitem a sustentabilidade e sobrevivência de sua empresa. No que tange a isso, o SEBRAE (2007, p. 9) pondera “a sobrevivência de MPES depende do seu desempenho, da sua capacidade de competir no mercado e do seu resultado operacional”.

Assim, tendo em vista o grau de importância das MPES, oportuno se faz que as mesmas possuam um considerável grau de competência gerencial de modo a garantir sua perenidade no mercado. Diante disso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística desenvolveu em 2003 um amplo estudo sobre as principais características de gestão das MPES brasileiras, entre os principais resultados estão:

- i. Baixo volume de capital empregado;
- ii. Altas taxas de natalidade e mortalidade;
- iii. Presença significativa de proprietários, sócios e funcionários com laços familiares;
- iv. Grande centralização do poder decisório;
- v. Não distinção da pessoa física do proprietário com a pessoa jurídica, inclusive em balanços contábeis;
- vi. Registros contábeis pouco adequados;

- vii. Contratação direta de mão-de-obra;
- viii. Baixo nível de terceirização;
- ix. Baixo emprego de tecnologias sofisticadas;
- x. Baixo investimento em inovação tecnológica;
- xi. Dificuldade de acesso a financiamento de capital de giro;
- xii. Dificuldade de definição dos custos fixos;
- xiii. Alto índice de sonegação fiscal;
- xiv. Contratação direta de mão-de-obra;
- xv. Utilização intensa de mão-de-obra não qualificada ou sem qualificação

Percebe-se com o exposto que todo o empreendimento, independente de seu porte, necessita, fundamentalmente, de uma gestão eficaz para a continuidade dos negócios. Fora isso, não há como se obter sucesso, já que é por meio do gerenciamento das operações organizacionais que é possível se obter êxito e garantir a continuidade das atividades. Para tanto, faz-se necessário ter conhecimento sobre o negócio, estar atento às mudanças de mercado, investir em tecnologia, inovar, diversificar, ampliar o grau de satisfação de seus clientes apresentando mercadorias, produtos ou serviços com qualidade.

Desta forma, para evitar o fechamento das micro e pequenas empresas o SEBRAE (2013) recomenda ao empreendedor dez dicas para a sobrevivência das empresas como: planejar-se sempre; respeitar a capacidade financeira; não misturar as finanças da empresa com as finanças pessoais; ficar de olho na concorrência; prospectar novos fornecedores; ter controle do seu estoque; investir em novas estratégias; inovar em produto/serviço de sucesso; investir na formação empresarial e ser fiel aos seus valores e do seu negócio.

Neste contexto, parece claro afirmar que não basta formalizar a empresa com sua constituição, adquirir estoque e realizar as vendas ou prestar os serviços. Além disso, há de se considerar muitos outros fatores relevantes para a continuidade da mesma, a exemplo de: pontos fortes, pontos fracos, ameaças, oportunidades de melhorias, vantagens e desvantagens em relação à concorrência, entre outros. Tudo isso, com vistas a conhecer a saúde da empresa, a elaborar planejamento condizente com sua realidade, a executar as ações necessárias, manter o controle e tomar as decisões de forma acertada. Uma vez que para se conviver com as incertezas presentes no mundo dos negócios é imperiosa uma gestão com foco no resultado. E o resultado previsto só será possível por meio de uma boa gestão empresarial. Doutra forma, fatalmente, a mortalidade será inevitável.

2.3 AMBIENTE LEGAL E ESTATÍSTICA DA PARTICIPAÇÃO DAS MPEs NO BRASIL

Diante da importância das micro e pequenas empresas, no cenário socioeconômico brasileiro, muitas iniciativas foram realizadas no sentido de propiciar um ambiente mais favorável para o nascimento, o crescimento e a manutenção dos pequenos negócios.

Desta forma, o poder público, ao longo dos anos, vem editando e atualizando dispositivos legais e políticas públicas que promovam melhorias, benefícios e tratamento diferenciado para as MPEs.

Historicamente, no Brasil, a valorização destas empresas em termos de legislação se deu a partir dos anos 80. O quadro a seguir apresenta o histórico das Leis que amparam os negócios de menores portes:

Quadro 3: Histórico da lei geral

ANO	Nº LEI	DESCRIÇÃO DA LEI
1984	7.256/1984	Estatuto da Microempresa
1988	CF	Constituição prevê o tratamento diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
1996	9.317/1996	Simples Federal
1999	9.841/1999	Estatuto Federal da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; revogação da Lei 7.256/1984
2003	PEC 42/2003	Definição do tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte através de Lei Complementar
2006	LCF 123/2006	Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; criação do Simples Nacional
2007	LCF 127/2007	Inclusão de novas categorias de atividades no Simples Nacional
2008	LCF 128/2008	Criação do Microempreendedor individual e do Agente de Desenvolvimento
2009	LCF 133/2009	Inclusão do setor cultural no Simples Nacional
2011	LCF 139/2011	Correção dos tetos do Simples Nacional; parcelamento de débitos; estímulo às exportações das micro e pequenas empresas
2014	LCF 147/2014	Universalização do Simples Nacional; blindagem do Microempreendedor Individual; regramento da Substituição Tributária
2016	LCF 154/2016	Permiti ao Microempreendedor Individual utilizar sua residência como sede do estabelecimento

Fonte: Adaptado de Observatório da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (2016).

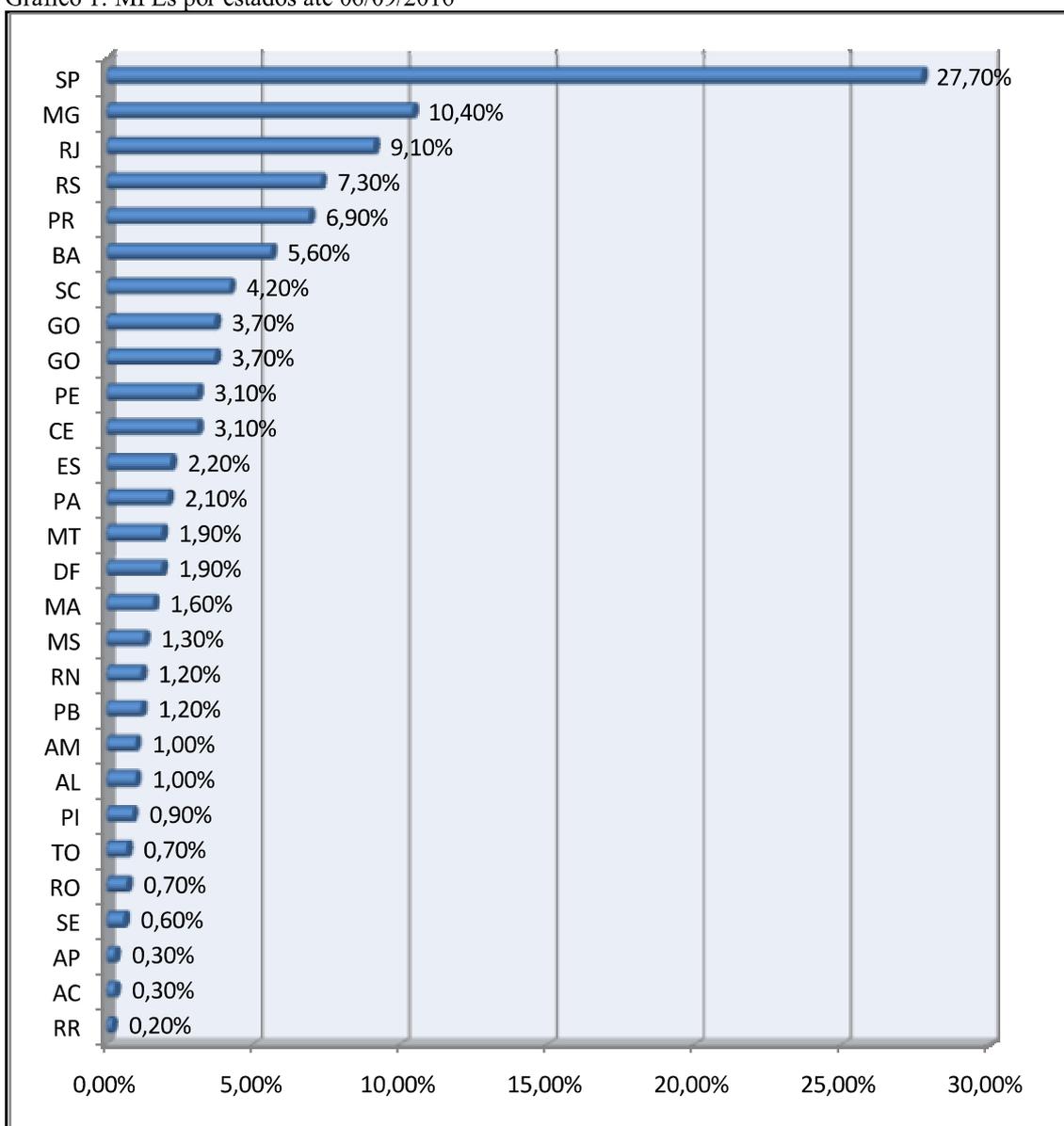
Em linhas gerais pode-se dizer que todas as Leis emanadas tiveram relevância significativa no ambiente empresarial das MPEs. Contudo, a Lei Complementar nº 147/2014 é considerada como o dispositivo legal que instituiu o maior número de alteração feita no estatuto desde a sua criação, já que a mesma regulamenta a universalização do Simples Nacional, modifica as regras de Substituição Tributária e protege o MEI.

As atualizações que foram realizadas no estatuto resultaram na ampliação do número de empresas classificadas com MPEs, as quais representam a grande maioria dos empreendimentos formais no Brasil.

Tais entidades estão distribuídas em todas as regiões do território brasileiro e sua maior concentração está na cidade de São Paulo com 27,70% deste tipo de empresa. A cidade que possui o menor número de MPEs é Roraima com apenas 0,20% do total de organizações de pequenos negócios.

É o que se pode observar no gráfico que segue:

Gráfico 1: MPEs por estados até 06/09/2016



Fonte: Empresômetro (2016)

A maior parte dos estabelecimentos classificados como micro e pequena empresa é composta por aqueles pertencentes ao setor de serviços, os quais correspondem a 46,6% do total de MPEs. Em seguida está o setor de comércio que representa 43,3% da totalidade. O terceiro lugar no ranking é da indústria abrangendo 8,1% do total destas entidades, e por fim o agronegócio com apenas 2,0% de participação.

A figura a seguir apresenta o percentual destas empresas por setor de atuação.

Figura 6: MPEs por setor até 13/09/2016



Fonte: Empresômetro (2016)

De acordo com o site Empresômetro (2016) os estabelecimentos de pequeno porte tributados pelo Simples Nacional já faturaram até 06/09/2016 o equivalente a R\$842.011.583.441,52 (oitocentos e quarenta e dois bilhões, onze milhões, quinhentos e oitenta e três mil, quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta e dois centavos) e arrecadaram o correspondente a R\$70.872.114.978,29 (setenta bilhões, oitocentos e setenta e dois milhões, cento e quatorze mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e nove centavos).

Dentre as principais atividades econômicas nas micro e pequenas empresas estão:

- Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas;
- Indústria de transformação;
- Alojamento e alimentação;
- Construção;
- Outras atividades de serviços;
- Atividades administrativas e serviços complementares;
- Transporte, armazenagem e correio;
- Atividades profissionais, científicas e técnicas;
- Informação e comunicação;

- Educação;

- Outros.

O gráfico que segue denota o número de empresas por cada atividade econômica.

Gráfico 2: MPEs por atividade econômica até 13/09/2016



Fonte: Empresômetro (2016).

Como se pôde constatar o maior número de empresas está na atividade de comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas.

Diante de tudo o que foi apresentado é impossível pensar no ambiente empresarial sem a participação destas empresas. Corroborando com a ideia de como é importante incentivar e qualificar os empreendimentos de menor porte, como também os microempreendedores individuais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para desenvolver uma pesquisa científica é necessário adotar uma metodologia que possibilite o alcance do objetivo almejado. Para tanto, é utilizado métodos que auxiliam no direcionamento quanto à realização da pesquisa.

Sendo assim, Marconi e Lakatos (2003, p.83) mencionam que método “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Neste sentido, a metodologia apresentada a seguir tem por finalidade mostrar toda trajetória para a construção desta pesquisa.

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

3.1.1 Quanto aos objetivos

Quanto aos objetivos optou-se pela pesquisa descritiva, já que a mesma é empregada quando se deseja descrever as características de um fenômeno, acentuando todas as dimensões e circunstâncias que envolvem o fenômeno (MEDEIROS, 2011, p.76).

No entendimento de Andrade (2007, p.114) em uma pesquisa descritiva:

Os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.

A opção pela pesquisa descritiva se deu em vista que a mesma tem por pretensão descrever as Micro e Pequenas Empresas, relatando a participação destas no Estado da Paraíba.

3.1.2 Quanto aos procedimentos técnicos

Nesta pesquisa adotaram-se como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e a documental.

Quanto ao método bibliográfico, este abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, revistas, livros, relatórios de pesquisas etc. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 185).

Ainda quanto aos procedimentos, Beuren (2003, p. 86) menciona que:

As pesquisas bibliográficas explicitam que essa pesquisa objetiva recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura uma resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar. Haja vista, que é por meio dela que tomamos conhecimento sobre a produção científica existente.

Deste modo, para a realização desta pesquisa foi procedida uma revisão de literatura, tendo como meios para consultas: livros, artigos, monografias, dissertações, teses, dentre outros, ou seja, o que já foi publicado anteriormente para auxiliar na construção dessa pesquisa.

Foi utilizada a pesquisa documental já que o estudo agregou fontes primárias, elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, no intuito de extrair informações que auxiliaram parte da coleta dos dados.

De acordo com Beuren *et al.* (2012, p.89), “A pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não foi ou não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. A pesquisa documental consiste em analisar documentos que ainda não teve uma análise profunda, visando interpretar e introduzir dados que contribua para objetivo da pesquisa.

Tal procedimento foi adotado, tendo em vista que não houve a pretensão de ter o contato direto com os sujeitos da pesquisa, neste caso, as Micro e Pequenas empresas. Mas, analisar dados relevantes, acerca da participação destas na economia brasileira, além de mostrar a representação das mesmas no Estado da Paraíba.

Diante disso, a pesquisa documental constituiu-se de documentos obtidos junto às entidades que classificam e acompanham o desenvolvimento dos pequenos negócios no Brasil, nomeadamente, o SEBRAE e o Empresômetro, para a partir deles conhecer o nível de participação das MPEs na economia brasileira, bem como sua representatividade no Estado da Paraíba.

3.1.3 Quanto à abordagem do problema

Quanto à abordagem da pesquisa, optou-se pela qualitativa. Tal opção se deu em função desta pesquisa caracterizar-se como uma abordagem que examina a natureza dos fenômenos sociais. Beuren (2006) afirma que a abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último. Concebendo análises mais intensas em relação ao que está sendo estudado.

Assim, utilizou-se a abordagem qualitativa tendo em vista a necessidade de se realizar uma análise em maior nível de profundidade em relação ao fenômeno que se pretendeu estudar.

3.1.4 Quanto ao método de abordagem

Em relação ao método, adotou-se o dedutivo. Segundo Silva (2010, p.34) “O método dedutivo transforma enunciados universais em particulares. O ponto de partida é a premissa antecedente, tem um valor universal, e o ponto de chegada é o conseqüente (premissa particular)”.

Dessa forma, justifica-se a escolha desse método pelo fato de que a pesquisa partiu de uma visão geral da Micro e Pequena Empresa para chegar à conclusão de sua participação na economia brasileira, e também sua representatividade no Estado da Paraíba.

3.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu a partir de documentos, pois conforme nos afirma Beuren *et al.* (2012),

Os documentos escritos apresentam-se como uma valiosa fonte de coleta de dados nas pesquisas em ciências sociais. Os documentos escritos, ou não, agilizam o processo investigatório, além de serem irrefutáveis em algumas pesquisas que, por sua natureza, exigem fontes documentais. (Beuren, *et al.*, 2012, p.134).

Deste modo, a utilização dos documentos analisados foi de grande relevância, uma vez que através deles identificou-se o panorama das Micro e Pequenas Empresas no Estado da Paraíba, atendendo assim, ao problema inicial levantado na pesquisa que ora apresentamos.

3.3 QUANTO À FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS

Beuren (2012, p.136) afirma que “analisar dados significa trabalhar com todo o material obtido durante o processo de investigação, ou seja, com os relatos de observação, as transcrições de entrevistas, as informações dos documentos e outros dados disponíveis”.

Diante disso, ao analisar dados almeja-se que consiga lograr as informações e conteúdos necessários para chegar ao resultado do problema da pesquisa, trabalhando todo o material obtido durante o processo investigatório.

Na presente pesquisa foi utilizada a análise dos dados do tipo documental.

3.3.1 Análise documental

Conforme Beuren *et al.* (2012, p. 140) “a análise documental configura-se como uma notável técnica para abordar dados qualitativos e quantitativos. Utiliza-se como suporte subsidiário a construção do diagnóstico de uma pesquisa, informações coletadas em documentos materiais escritos”.

Logo, foi escolhida para a realização desta pesquisa a análise documental, tendo em vista que consistiu em analisar documentos do SEBRAE e Empresômetro, tendo por finalidade descrever o nível de participação e representatividade das Micro e Pequenas Empresas no Estado da Paraíba.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 REPRESENTAÇÃO DAS MPEs NO ESTADO DA PARAÍBA

As micro e pequenas empresas na Paraíba possuem grande expressividade, tanto no aspecto econômico como no social. Tendo em vista que as mesmas desenvolvem um papel essencial na geração de empregos formais e na distribuição de renda, impactando diretamente no que tange a redução das desigualdades sociais.

As MPEs são responsáveis por 30% do PIB do Estado, correspondendo a 92,2% do total de empresas ativas na Paraíba, gerando empregos formais, fomentando a parte salarial, representando 51,1% da remuneração paraibana, e ainda garantindo a diversas famílias a oportunidade de geração de renda (SEBRAE, 2016).

Diante destes dados, é incontestável a contribuição destas empresas para o cenário econômico, social e político. Já que além de fomentar a maximização do PIB, gerar emprego e renda, minimizar as desigualdades sociais, ainda, instiga a criação de políticas públicas que visem melhores condições e criação de oportunidades para os cidadãos. (CARVALHO, LEONELLO, 2015).

Dada à relevância de todas as entidades, buscou-se conhecer por meio do sítio Empresômetro o número de empresas ativas no Estado da Paraíba. A tabela a seguir denota o quantitativo e o percentual de representação destas em relação às empresas existentes no Brasil nos anos de 2015 e 2016.

Tabela 1: Quantidade de empresas ativas na Paraíba em 2015 e 2016

ANO	QUANTIDADE DE EMPRESAS NA PARAÍBA	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE EMPRESAS ATIVAS NO BRASIL
2015	178.718	1,2%
2016	197.219	1,2%

Fonte: A partir de Empresômetro (2016)

A tabela 1 evidencia a quantidade de empresas ativas na Paraíba entre os anos de 2015 e 2016 até 23/09/2016. Tendo no primeiro ano analisado 178.718 (cento e setenta e oito, setecentos e dezoito) empreendimentos ativos e no segundo ano 197.219 (cento e noventa e sete, duzentos e dezenove). Comparativamente, percebe-se um crescimento significativo de um ano para o outro. No que tange a representatividade não houve aumento em termos percentuais.

Foi possível constatar no sítio supracitado os mesmos dados direcionando-os em relação à micro e pequenas empresas existentes no Estado paraibano. Assim, a tabela que segue evidencia os achados.

Tabela 2: Quantidade de MPEs ativas na Paraíba em 2015 e 2016

ANO	QUANTIDADE DE MPEs NA PARAÍBA	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MPEs ATIVAS NA PARAÍBA
2015	168.694	94,4%
2016	184.016	93,3%

Fonte: A partir de Empresômetro (2016)

Com base na tabela 2, verificou-se que no ano de 2015 existiam 168.694 (cento e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e quatro) pequenos negócios, correspondendo a 94,4% do total de empresas ativas no Estado. Já em 2016 o número passou para 184.016 (cento e oitenta quatro mil e dezesseis) MPEs, denotando queda em termos no total de negócios ativos na Paraíba, correspondendo a 93,3%, até 23/09/2016.

Apesar de existir um notório índice de natalidade destas empresas anualmente, constata-se que a mortalidade ainda é preocupante. Só ano de 2015 foram encerradas 5.694 (cinco mil, seiscentos e noventa e quatro) organizações no território paraibano. É o que se pode constatar na tabela a seguir:

Tabela 3: Mortalidade das MPEs na Paraíba em 2015 e 2016

ANO	QUANTIDADE DE MPEs ENCERRADAS NA PARAÍBA	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MPEs ENCERRADAS NA PB
2015	5.694	1,0%
2016	1.527	1,0%

Fonte: A partir de Empresômetro (2016)

Ao que parece houve uma diminuição de casos de mortalidade destas empresas na Paraíba, tendo em vista que até o dia 23/09/2016 o número de incidência correspondia a 1.527 (um mil, quinhentos e vinte e sete) conforme tabela 3.

Dentre os regimes de tributação das micro e pequenas empresas consta o Regime Normal, o Simples Nacional e o SIMEI. No comparativo entre os anos, 2015 e 2016, é possível perceber que o regime SIMEI é o que possui a maior base de contribuintes.

Em sequência é apresentado tabela com estes dados.

Tabela 4: Regime de tributação dasMPEs na Paraíba em 2015 e 2016

REGIME / ANO	2015	2016
Regime Normal	50.354	52.243
Simple Nacional	42.310	43.254
SIMEI	76.178	85.174

Fonte: A partir de Empresômetro (2016)

Como se pôde observar na tabela 4, os contribuintes optantes pelo SIMEI correspondem a 76.178 (setenta e seis mil, cento e setenta e oito) aumentando essa base para 85.174 (oitenta e cinco, cento e setenta e quatro) no ano de 2016. O Regime Normal fica no segundo lugar do ranking de modalidade de tributação, apresentando no primeiro ano o equivalente a 50.354 (cinquenta mil, trezentos e cinquenta e quatro) contributários e no ano seguinte 52.243 (cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e três). O Simple Nacional abrange 42.310 (quarenta e dois, trezentos e dez) negócios em 2015, aumentado esse número para 43.254 (quarenta e três, duzentos e cinquenta e quatro) no ano de 2016.

Mesmo diante de vários esforços em termos de políticas públicas e melhorias no ambiente fiscal, percebe-se que muitas empresas ainda estão alheias ao Simple Nacional. Este fenômeno requer uma maior análise para se entender os motivos de escolhas por outros tipos de tributação.

A arrecadação obtida das operações das MPEs optantes pelo Simple Nacional é exposta na tabela que segue:

Tabela 5: Simple Nacional - Arrecadação dasMPEs na Paraíba em 2015 e 2016

ANO	VALOR EM R\$
2015	798.968.697,19
2016	749.175.306,32

Fonte: A partir de Empresômetro (2016)

A tabela 5 evidencia que a arrecadação dos contribuintes optantes pelo Simple Nacional totalizou, no ano de 2015, o valor de R\$798.968.697,19 (setecentos e noventa e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e sete reais e dezenove centavos). Já em 2016 o montante arrecadado corresponde a R\$749.175.306,32 (setecentos e quarenta e nove milhões, cento e setenta e cinco mil, trezentos e seis reais e trinta e dois centavos).

Essa arrecadação se deu em decorrência do faturamento das MPEs tributadas pelo Simple Nacional.

A tabela a seguir exhibe o faturamento destas empresas.

Tabela 6: Simples Nacional – Faturamento dasMPEs na Paraíba em 2015 e 2016

ANO	VALOR EM R\$
2015	9.151.885.923,16
2016	8.900.740.243,76

Fonte: A partir de Empresômetro (2016)

Em conformidade com a tabela 6, verifica-se que as MPEs optantes pelo Simples Nacional, no ano de 2015, faturaram o montante de R\$9.151.885.923,16 (nove bilhões, cento e cinquenta e um milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e vinte e três reais e dezesseis centavos). Enquanto que em 2016 o valor de arrecadação chega a R\$8.900.740.243,76 (oito bilhões, novecentos milhões, setecentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e três reais e setenta e seis centavos).

Tendo em vista a expressividade destas empresas cumpre apresentar a representatividade delas no Estado da Paraíba em atendimento ao objetivo geral da pesquisa em tela.

Sendo assim, em sequência é apresentado à participação das MPEs em cada município da Paraíba até 23/09/2016.

Tabela 7: MPes por municípios – Paraíba - 2016

MUNICÍPIOS	MPes	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE EMPRESAS ATIVAS NO MUNICÍPIO
ÁGUA BRANCA	193	92.5%
AGUIAR	130	92.1%
ALAGOA GRANDE	944	94.2%
ALAGOA NOVA	535	95.7%
ALAGOINHA	345	94.7%
ALCANTIL	101	98.1%
ALGODÃO DE JANDAIRA	71	97.2%
ALHANDRA	604	81.9%
AMPARO	53	100%
APARECIDA	219	93.4%
ARACAGI	396	93.3%
ARARA	336	95.7%
ARARUNA	547	95.7%
AREIA	812	93.5%
AREIA DE BARAUNAS	35	97.1%
AREIAL	238	96.3%
AROEIRAS	399	93.6%
ASSUNÇÃO	143	91.6%
BAIA DA TRAIÇÃO	314	96.9%
BANANEIRAS	675	94.1%
BARAUNA	148	94.9%
BARRA DE SANTA ROSA	412	95.6%
BARRA DE SANTANA	104	97.2%
BARRA DE SÃO MIGUEL	100	90.7%
BA YEUX	4.972	91.9%
BELÉM	814	93.5%

CONTINUAÇÃO DE MUNICÍPIOS	MPEs	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE EMPRESAS ATIVAS NO MUNICÍPIO
BELÉM DO BREJO DO CRUZ	160	94%
BERNARDINO BATISTA	41	97.6%
BOA VENTURA	112	90.2%
BOA VISTA	233	93.9%
BOM JESUS	52	96.2%
BOM SUCESSO	130	86.6%
BONITO DE SANTA FÉ	300	95.2%
BOQUEIRÃO	571	95.5%
BORBOREMA	131	91.3%
BREJO DO CRUZ	406	93.6%
BREJO DOS SANTOS	197	94.2%
CAAPORÃ	675	82.9%
CABACEIRAS	176	92%
CABEDELO	4.165	89.7%
CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	173	95.5%
CACIMBA DE AREIA	52	92.9%
CACIMBA DE DENTRO	418	96.3%
CACIMBAS	96	96%
CAIÇARA	172	94%
CAJAZEIRAS	3.408	94.8%
CAJAZEIRINHAS	56	95%
CALDAS BRANDÃO	313	95.4%
CAMALAÚ	152	96.2%
CAMPINA GRANDE	26.334	92.6%
CAPIM	172	95.6%
CARAÚBAS	80	92.9%
CARRAPATEIRA	36	97.3%
CASSERENGUE	123	96.8%
CATINGUEIRA	70	92.1%
CATOLÉ DO ROCHA	1.414	95%
CATURITÉ	110	92.3%
CONCEIÇÃO	701	94.6%
CONDADO	179	92.1%
CONDE	1.029	78.9%
CONGO	157	92.4%
COREMAS	566	96.1%
COXIXOLA	53	90.7%
CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	309	91.6%
CUBATI	247	95.3%
CUITÉ	801	94.6%
CUITÉ DE MAMANGUAPE	123	95.2%
CUITEGI	199	96.5%
CURRAL DE CIMA	85	94.5%
CURRAL VELHO	43	97.7%

CONTINUAÇÃO DE MUNICÍPIOS	MPEs	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE EMPRESAS ATIVAS NO MUNICÍPIO
DAMIÃO	139	97.2%
DESTERRO	269	95.7%
DIAMANTE	199	97.5%
DONA INÊS	246	97.6%
DUAS ESTRADAS	103	91.1%
EMAS	69	94.4%
ESPERANÇA	1.791	92.8%
FAGUNDES	203	91.7%
FREI MARTINHO	92	96.8%
GADO BRAVO	100	96.2%
GUARABIRA	3.767	93.6%
GURINHÉM	290	93.2%
GURJÃO	126	96.2%
IBIARA	151	95.5%
IGARACY	113	96.6%
IMACULADA	148	91.8%
INGÁ	540	93.8%
ITABAIANA	1.144	93.9%
ITAPORANGA	1.207	94.8%
ITAPOROROCA	619	94.5%
ITATUBA	203	94%
JACARAÚ	452	95.1%
JERICÓ	200	91.6%
JOÃO PESSOA	57.282	90.3%
JUAREZ TÁVORA	184	95.7%
JUAZEIRINHO	557	92.3%
JUNCO DO SERIDÓ	284	95.3%
JURIPIRANGA	380	94.5%
JURÚ	208	98.1%
LAGOA	102	89.9%
LAGOA DE DENTRO	204	95.7%
LAGOA SECA	821	94.5%
LASTRO	42	97.7%
LIVRAMENTO	114	97.4%
LOGRADOURO	72	87.5%
LUCENA	795	91.5%
MÃE D'AGUA	41	90.5%
MALTA	187	94.9%
MAMANGUAPE	2.106	93.9%
MANAÍRA	180	95.2%
MARCAÇÃO	132	95.7%
MARI	786	95.4%
MARIZÓPOLIS	185	93.3%
MASSARANDUBA	294	93.8%

CONTINUAÇÃO DE MUNICÍPIOS	MPEs	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE EMPRESAS ATIVAS NO MUNICÍPIO
MATARACA	205	90.1%
MATINHAS	33	91.7%
MATO GROSSO	32	96.9%
MATUREIA	126	92.5%
MOGEIRO	269	93.4%
MONTADAS	150	96.8%
MONTE HOREBE	151	95%
MONTEIRO	1.568	94.9%
MULUNGU	173	94%
NATUBA	76	95%
NAZAREZINHO	135	96.4%
NOVA FLORESTA	493	95.5%
NOVA OLINDA	141	92.7%
NOVA PALMEIRA	178	94.7%
OLHO D'AGUA	131	92.8%
OLIVEDOS	89	95.5%
OURO VELHO	101	99%
PARARI	44	93.5%
PASSAGEM	51	96.2%
PATOS	6.784	93.4%
PAULISTA	360	96.8%
PEDRA BRANCA	96	96.9%
PEDRA LAVRADA	217	93.8%
PEDRAS DE FOGO	852	84.8%
PEDRA REGIS	69	94.5%
PIANCÓ	537	95.5%
PICUÍ	863	93.3%
PILAR	292	94.4%
PILÕES	167	92.1%
PILOEZINHOS	64	97%
PIRPIRITUBA	309	93.2%
PITIMBU	426	81.6%
POCINHOS	489	95.1%
POÇO DANTAS	37	92.1%
POÇO DE JOSÉ DE MOURA	78	95.1%
POMBAL	1.840	94.5%
PRATA	221	95.6%
PRINCESA ISABEL	763	96.4%
PUXINANA	307	92%
QUEIMADAS	1.627	93.1%
QUIXABA	42	100%
REMÍGIO	878	94.4%
RIACHÃO	64	98.5%
RIACHÃO DO BOCAMARTE	76	89.3%

CONTINUAÇÃO DE MUNICÍPIOS	MPEs	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE EMPRESAS ATIVAS NO MUNICÍPIO
RIACHÃO DO POÇO	59	81.7%
RIACHO DE SANTO ANTÔNIO	38	95%
RIACHO DOS CAVALOS	238	94.8%
RIO TINTO	858	94.2%
SALGADINHO	63	92.5%
SALGADO DE SÃO FÉLIX	211	92.8%
SANTA CECÍLIA	105	93.7%
SANTA CRUZ	177	97.2%
SANTA HELENA	127	96.2%
SANTA INÊS	59	96.7%
SANTA LUZIA	753	95%
SANTA RITA	5.863	91.7%
SANTA TEREZINHA	88	88.9%
SANTANA DE MANGUEIRA	68	95.7%
SANTANA DOS GARROTES	134	95%
SANTARÉM	35	97.2%
SANTO ANDRÉ	51	92.6%
SÃO BENTINHO	112	97.4%
SÃO BENTO	1.273	94.4%
SÃO DOMINGOS DE POMBAL	43	97.7%
SÃO DOMINGOS DO CARIRI	47	93.9%
SÃO FRANCISCO	60	95.2%
SÃO JOÃO DO CARIRI	165	94.3%
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	489	95.3%
SÃO JOÃO DO TIGRE	63	95.5%
SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	187	97.9%
SÃO JOSÉ DE CAIANA	87	90.4%
SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	58	89.2%
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	533	94.9%
SÃO JOSÉ DE PRINCESA	24	92.3%
SÃO JOSÉ DO BONFIM	55	98.2%
SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ	26	92.9%
SÃO JOSÉ DO SABUGI	140	97.2%
SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	66	95.6%
SÃO JOSÉ DOS RAMOS	92	98.9%
SÃO MAMEDE	263	97%
SÃO MIGUEL DE TAIPU	106	97.2%
SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	284	92.3%
SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	73	92.3%
SÃO VICENTE DO SERIDÓ	230	94.5%
SAPÉ	2.023	93.4%
SERRA BRANCA	452	94.5%
SERRA RAIZ	59	90.5%
SERRA GRANDE	52	94.4%

CONTINUAÇÃO DE MUNICÍPIOS	MPEs	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE EMPRESAS ATIVAS NO MUNICÍPIO
SERRA REDONDA	163	95.2%
SERRARIA	114	94.1%
SERTÃOZINHO	150	93.1%
SOBRADO	157	93.9%
SOLÂNEA	1.398	93.3%
SOLEDADE	834	95.5%
SOSSEGO	84	93.3%
SOUSA	3.949	94.4%
SUMÉ	1.027	95.4%
TACIMA	164	95.3%
TAPEROÁ	428	94.4%
TAVARES	335	93.9%
TEIXEIRA	453	93.5%
TENÓRIO	44	95.7%
TRIUNFO	230	96.6%
UIRAUNA	695	96.1%
UMBUZEIRO	165	95.3%
VÁRZEA	83	94.3%
VIEIROPÓLIS	52	100%
VISTA SERRANA	60	98.4%
ZABELÉ	51	96.2%
TOTAL	184.016	

Fonte: A partir de Empresômetro (2016)

Conforme a tabela 7, o município com o maior número de MPEs é o de João Pessoa, o qual abarca o total de 57.282 (cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e dois) pequenos negócios. Em segundo lugar fica a cidade de Campina Grande, cuja representatividade é de 26.334 (vinte e seis mil, trezentos e trinta e quatro) entidades. A terceira localidade com o maior número de micro e pequenas empresas, do Estado da Paraíba, é Patos, correspondendo ao total de 6.784 (seis mil, setecentos e oitenta e quatro) empreendimentos.

A cidade com o menor número de MPEs é São José de Princesa totalizando 24 (vinte e quatro) do total de empresas existentes no município.

Dado o exposto, parece claro afirmar que, apesar das MPEs representarem o maior número de empresas ativas na Paraíba, compete ao poder público possibilitar a abertura de novas empresas, sobretudo nos pequenos municípios, ensejando o desenvolvimento local. Para tanto, faz-se necessário ampla divulgação das políticas públicas existentes, formação de novos empreendedores, bem como acompanhamento e orientações necessárias para que os negócios tornem-se perenes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o passar dos anos as micro e pequenas empresas têm alcançado destaque no cenário socioeconômico brasileiro, sendo consideradas como um dos pilares na economia do País. Isso se dá em função de sua expressividade quanto ao número de empreendimentos e por colaborar com o desenvolvimento social e econômico, cujos reflexos são denotados na geração de emprego e renda, bem como em termos de melhorias na qualidade de vida e na redução da desigualdade social.

Dada a sua importância esta pesquisa teve como objetivo geral apresentar o panorama acerca das micro e pequenas empresas do Estado da Paraíba.

Como resultado a pesquisa identificou-se que na Paraíba existem 184.016 (cento e oitenta e quatro mil e dezesseis) MPEs ativas até 23/09/2016, correspondendo a 93,3% do total de empresas no Estado. O município que apresenta o maior número de micro e pequenas empresas é o de João Pessoa com 57.282 (cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e dois) negócios, seguido de Campina Grande com 26.334 (vinte e seis mil, trezentos e trinta e quatro) empreendimentos. Já o município com o menor número de pequenos negócios é o município de São José de Princesa com apenas 24 (vinte e quatro) MPEs.

Os dados da pesquisa revelam ainda que foram encerradas até 23/09/2016 o equivalente a 1.527 (um mil, quinhentas e vinte sete) pequenas organizações empresariais.

O faturamento das MPEs, optantes pelo Simples Nacional, em meados de 2016, corresponde a R\$8.900.740.243,76 (oito bilhões, novecentos milhões, setecentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e três reais e setenta e seis centavos). Tendo como arrecadação, no mesmo período e para a mesma opção de tributação, o equivalente a R\$749.175.306,32 (setecentos e noventa e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e sete reais e dezenove centavos).

O regime de tributação SIMEI é o que apresenta o maior número de contribuintes entre os empreendedores destas empresas, totalizando 76.178 (setenta e seis mil, cento e setenta e oito).

Em face do exposto, denota-se quão importante estes negócios são para o Estado da Paraíba, já que faturam e arrecadam um número bastante expressivo, contribuindo desta forma com o desenvolvimento socioeconômico paraibano. Contudo, percebe-se a necessidade de grandes esforços no sentido de elaboração de políticas públicas que possam consolidar ainda mais estas empresas no mercado estadual. Além de promoção de ações que possibilitem aberturas de novas empresas, bem como sua manutenção.

Diante dos resultados obtidos ficou constatado que todos os objetivos propostos foram atingidos.

No decorrer da realização da pesquisa a limitação mais relevante foi a ausência de bibliografia e fontes de dados específicos para a fundamentação do trabalho.

Como sugestão para futuras pesquisas, sugere-se um estudo sobre a gestão das micro e pequenas empresas no Estado da Paraíba.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**, Ed. 3°. São Paulo: Atlas 2012.

BNDES. **Porte de empresa**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/porte.html> Acesso em 01/09/2016.

CARVALHO, Andréia Ricci Silva; LEONELLO, João Carlos. **O Papel das Micro e Pequena Empresas no Desenvolvimento do Processo de Produção e Ocupação de Espaços, por meio da Geração de Emprego e Renda e a efetivação dos direitos fundamentais sociais insertos na Constituição Federal**.Paraná, 2015.

CONTABILIDADE, LEANDRO&CIA.**Pequenos negócios na Paraíba representam 30% do PIB**. Paraíba, 2016. Disponível em><http://www.leandroecia.com.br/noticias/pequenos-negocios-na-paraiba-representam-30-do-pib/>> Acesso dia 17/09/2016.

EMPRESÔMETRO. Disponível em: <<http://empresometro.cnc.org.br/>>. Acesso em 23/09/2016.

G1. **Número dos pequenos negócios na Paraíba**, Dezembro/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/12/numero-de-pequenos-negocios-cresce-135-na-pb-em-2015-diz-sebrae.html>> Acesso em 22/07/2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisas**. Ed. 4°. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

IBGE. **Pesquisa de Economia Informal – ENCIF 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

MARTINS, Jairo. **Excelência da Gestão: o desafio das MPE's**. **Revista Pequenas empresas grandes negócios**. Editora globo S/A, 2013. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Colunistas/Jairo-Martins/noticia/2013/06/excelencia-da-gestao-o-desafio-das-mpes.html>> Acesso em 01/09/2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**, Ed. 6°. São Paulo: Atlas, 2007.

NASCIMENTO, Fabrício. **Quase 1,7 mil micro e pequenas empresas fecharam em 2015**. **Correio Uberlândia**, agosto/2015.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Definição do Microempreendedor Individual – MEI**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>> Acesso em 01/09/2016.

SANTOS, Maria Geralda. **A formalização das micro e pequenas empresas como fator crítico de sucesso para o crescimento e acesso ao crédito**, Belo Horizonte, 2012.

SEBRAE. **Critérios de classificação de empresa: MEI – ME – EPP**. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>> Acesso em 01/09/2016.

SEBRAE. **Indicadores MPE jul/2014**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Novo%20MPE%20Indicadores%20-%2023%2007%202014.pdf>> Acesso em 01/09/2016.

SEBRAE, **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira**. Brasília: SEBRAE, 2014. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>> Acesso em 23/08/2016.

SEBRAE-SP. **Causa mortis: o sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida**. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/mortalidade/causamortis_2014.pdf> Acesso em: 13/09/2016.

SEBRAE-SP. **Sobrevivência das empresas atinge 76% no Brasil**. Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br/index.php/76-noticias/multissetorial/9201-sobrevivencia-das-empresas-atinge-76>>. Acesso em: 01/09/2016.

SERASA EXPERIAN. **Infográfico: índice de abertura de empresas no Brasil**. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/para-orientar/infografico-abertura-de-empresas-brasil/>>. Acesso em: 13/09/2016.

SILVA, Anderson Borges da; BRASIL, Ângela de Souza; ALVARENGA, Laura Maria dos Santos; SANTOS, Suselaine Marque dos; **Desafios enfrentados pelas Micro e Pequenas Empresas no Brasil. Revista Conexão eletrônica**. Vol 12, n. 1, 2015, Faculdade Integradas de Três Lagoas. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/3769484-Desafios-enfrentados-pelas-micro-e-pequenas-empresas-no-brasil.html>>. Acesso em: 22/07/2016.

SOUZA, José Henrique; MACHADO, Lindinalva Candida; OLIVEIRA DE, Cilene Aparecida Silva; **As origens da pequena empresa no Brasil. Revista da Micro e Pequena Empresa Faculdade Campo Limpo Paulista**. Vol 1, n.1, 2007. Disponível em: <<http://www.faccamp.br/ojs/index.php/RMPE/issue/view/1>> Acesso em 22/07/2016.